

NOTÍCIAS AFRICANAS 83

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL

31.10 A 6.11.1994

NESTA EDIÇÃO

- O leitor vai encontrar o noticiário sobre ANGOLA nas páginas 2, 3, 6, 7, 8, 9 e 10.
- O noticiário sobre MOÇAMBIQUE está nas páginas 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13 e 14.
- Os PALOPs são notícia na pág. 5.

Estudantes angolanos criam associação

Realizou-se em 5 de novembro, nas instalações do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, do Conjunto Universitário Cândido Mendes, a assembléia fundadora da Associação dos Estudantes Angolanos do Rio de Janeiro, que congrega cerca de meia centena de angolanos estudando em cursos de graduação e pós-graduação nesse estado.

A assembléia aprovou os estatutos e elegeu os cargos diretos da Associação. A diretoria, presidida por André Sango, mestrando do Iuperj em ciência política, tem como demais membros Dorival Queirós, Lemos da Conceição e Edgar de Jesus Gaspar.

O conselho fiscal é formado por Manoel Nazaré Neto, Celma Solange Ribeiro e Paulo Mutunda. A assembléia foi presidida por José Maria Nunes Pereira, que teve a seu lado o adido cultural do Consulado Geral de Angola no Rio de Janeiro, Bento Salazar "Morgado".

ANGOLA

Paz, a ferro e fogo

Dia 31 de outubro, o governo de Angola e os rebeldes da Unita assinaram em Lusaca um protocolo visando ao acordo de paz. Analisando o comportamento pretérito da Unita, é de crer que essa assinatura foi *acelerada* devido ao cerco ao Huambo e à retomada da região petrolífera do Soyo pelas tropas governamentais.

O protocolo previa que o cessar-fogo só deveria ocorrer dois dias após a assinatura formal do acordo de paz, marcado para 15 de novembro. A Unita ainda insistiu no cessar-fogo imediato. O governo resistiu, lembrando o descumprimento de acordos semelhantes por parte de Savimbi. O cerco ao Huambo, argumentava o governo, era para impedir que a Unita, uma vez mais, escondesse o armamento pesado no interior do país, como ocorreu após o acordo de Bicesse. Foi isso, aliás, que permitiu ao movimento de Savimbi retomar as hostilidades, com grande vantagem militar, após a derrota que sofreu nas eleições de setembro de 1992.

Acontece que o governo não se limitou ao cerco. Com bombardeios de canhões M-47 e aviões Sukoi, as tropas de Luanda abrigaram a Unita a retirar-se, deixando bastante material bélico. A cidade de Huambo voltava às mãos do governo, que a havia perdido em março de 1993. Em seguida veio a retomada das cidades de Uíge e de Mbanza Congo, ao norte. Os noticiários começaram a apontar atividades das tropas governamentais em Cufo Canavale, na direção da Jamba, o

bunker da Unita.

Essas manobras indicam que, pela primeira vez desde o reinício das hostilidades em outubro de 1992, a Unita se apresenta enfraquecida militarmente, enquanto as Forças Armadas de Angola, com recente reforço substancial de material, usam de toda a pressão militar possível para obrigar Savimbi a negociar. Pelo que se sabe, o governo não pretende mudar, a seu favor, os termos da negociação, tanto que continua mantendo as mesmas propostas. Todavia, essas últimas ações poderiam sinalizar que alguns chefes das Forças Armadas desejariam uma vitória militar sobre os rebeldes. Os protestos internacionais foram imediatos e fortes, sobretudo dos Estados Unidos.

A Unita ainda interrompeu as negociações. Mas logo verificou que só lhe restava esse caminho para salvar os ganhos políticos que obteve. Assim, em 20 de novembro, o ministro angolano das Relações Exteriores, Venâncio de Moura, e o chefe da delegação da Unita e seu secretário geral, general Eugénio Manuvakola, assinaram, finalmente, em Lusaca, o tão esperado acordo de paz. Jonas Savimbi não compareceu, suscitando dúvidas quanto à intenção da Unita. Isso fez com que o presidente José Eduardo, presente ao ato, delegasse ao seu ministro a assinatura. Dois dias depois o cessar-fogo foi proclamado pelos chefes militares de ambas as partes.

José Maria Nunes Pereira
(Pesquisador do CEEA)

Chissano na liderança da contagem

PÚBLICO, 2.11.94

À MEDIDA que avança a contagem dos votos nas eleições gerais moçambicanas de 27 a 29 de Outubro, confirma-se a tendência para uma vitória de Joaquim Chissano e da Frelimo, não devendo haver necessidade de uma segunda volta das presidenciais, pois que o actual chefe de Estado poderá muito bem conseguir mais de metade dos votos expressos na semana passada.

Ontem à tarde, quando a Frelimo já conseguira contabilizar ela própria um terço do eleitorado que fora às urnas, dava conta — segundo a agência Lusa — de que ia com uma vantagem de 56,34 por cento contra 24,87 por cento para a Renamo, nas legislativas. E de que nas presidenciais Chissano somava 66,12 por cento, face aos 24,87 de Afonso Dhlakama.

Mesmo tendo em conta que se tratava de números fornecidos por uma das partes interessadas, dão

uma ideia geral da forma como os moçambicanos votaram e coincidem com outras fontes na indicação de que Chissano tem muitas hipóteses de continuar no cargo que exerce de 1986, podendo mesmo dispensar a necessidade de uma segunda volta.

De fonte próxima das Nações Unidas, a agência France-Pressé noticiava ontem à tarde que o sucessor de Samora Machel na Presidência de Moçambique estava em vias de conseguir 54 por cento dos votos, frente a 35 por cento para Afonso Dhlakama, o homem que mais obrigara a falar de si na altura em que o povo começou a ir às urnas.

Para as legislativas, os votos da Frelimo e da Renamo poderão eventualmente revelar-se ligeiramente inferiores aos dos respectivos chefes, pois que outros foram para os terceiros partidos, mas de forma bastante dispersa entre uma dúzia de listas. Parece que nenhuma delas conseguirá os cinco por cento necessários para obter representação parlamentar, passando a existir uma Assem-

bleia apenas com duas bancadas.

Fonte da Frelimo admitiu ontem à Lusa que no fim dos trabalhos, quando todos os votos estiverem sido escrutinados, poderá muito bem ser que Chissano fique com cerca de 60 por cento dos votos, o que seria uma vitória assinalável para uma pessoa que por vezes parece um bocado apagada, sem todo o fogo de artifício do seu inimigo público número um.

Sete em 11

O Presidente ainda em funções está com mais de 50 por cento dos votos em sete dos 11 círculos eleitorais, só não o conseguindo em Nampula, Zambézia, Manica e Sofala, enquanto Dhlakama tem nesta última província — de onde, aliás, é natural — a sua melhor actuação, com 73,21 por cento dos boletins apurados.

Mesmo em Nampula e na Zambézia, as zonas mais populosas do país, que no seu conjunto elegem 103 dos 250 deputados moçambicanos, Chissano apare-

ce por enquanto ligeiramente à frente de Afonso Dhlakama. Talvez por ainda não haverem sido apurados os resultados de alguns círculos rurais, susceptíveis de alterar a ordem dos candidatos.

A vantagem de Joaquim Chissano na sua província natal, Gaza, a terra de Gungunhana, Eduardo Mondlane e Samora Machel, é avassaladora, pois que se cifra em 94,61 por cento, face a 1,66 por cento para o chefe da Renamo. O voto étnico do povo changane foi porventura o mais homogêneo de todos os grupos populacionais existentes em Moçambique. Mas na cidade de Maputo, na província do mesmo nome (que constitui outro círculo eleitoral) e na de Inhambane o chefe do Estado também se apresenta com mais de 75 por cento dos votos apurados.

No extremo norte do país, as províncias do Niassa e do Cabo Delgado, por onde em 1964 começou a luta pela independência, em terra makonde, também deram uma ajuda muito forte ao líder da Frelimo, com mais de 67 por cento dos votos aí contados. ■

Reacção da UNITA no Huambo Saudação e advertência

PÚBLICO, 2.11.94

Do nosso enviado
Fernando Sousa,
no Huambo

A UNITA reagiu com muitas reticências à rubrica do protocolo de Lusaca, saudando os intervenientes, mas avisando a comunidade internacional de que os textos só funcionarão se o governo parar com as ofensivas militares. Uma hora antes da declaração, aviões governamentais sobrevoaram o Huambo e bombardearam a Caála.

Numa comunicação de pouco mais de 200 palavras, feita ontem, nas caves do edifício da antiga administração provincial do Huambo, perante

uma assistência tensa e contida nos aplausos, o general Paulo Lukamba Gato, falando em nome do Comité Permanente do Comité Político da UNITA, saudou os negociadores de Lusaca, mas advertiu contra os perigos que espreitam os textos agora rubricados.

Depois de sublinhar a dureza das negociações e "a maturidade política" dos intervenientes, o chefe do departamento de Relações Exteriores da UNITA, que na véspera, num encontro com jornalistas, se mostrara muito reticente em relação ao papel do mediador da ONU, "felicitou" também Alioune Blondin Beye pela sua "perseverança e habilidade" na condução de "tão difícil processo".

A terceira personalidade saudada foi o chefe de Estado zambiano, Frederick Chiluba, "que nunca regateou esforços no sentido de criar as condições morais e psicológicas que permitiram o avanço do processo negocial que acaba de conhecer o seu fim".

Sobre a "troika" de observadores internacionais (Estados

Unidos, Portugal e Rússia) nem uma palavra em particular.

Mas, de acordo com as reticências que a UNITA manifestou por diversas vezes no passado sobre a concretização dos acordos, o general Gato disse que os esforços empreendidos pelas partes e pela comunidade internacional, "a ONU em particular", no sentido de se alcançar a paz em Angola, só verão a sua aplicação prática no terreno se as forças do Governo de Luanda pararem os movimentos ofensivos actualmente em curso sobre o Huambo e, também, sobre o Soyo, na província do Zaire.

Encerrada a comunicação, aquele destacado dirigente da UNITA anunciou a assistência, entre a qual se encontravam membros de várias organizações humanitárias e não-governamentais, que aviões MIG tinham sobrevoado o Huambo e bombardeado a Caála, situada a poucos quilómetros da segunda maior cidade de Angola, e que é uma localidade deserta que alguns jornalistas portugueses — da agência Lusa, da TSF e do PÚBLICO — visitaram esta se-

mana.

O ruído de motores de avião foi ontem audível na cidade do Huambo, um acontecimento que se tornou habitual para a população, que corre a esconder-se nos "copos" abertos nos jardins. Os "copos" são buracos, normalmente para uma pessoa, podendo atingir outras dimensões mais próximas dos abrigos clássicos, debaixo de chapas e toneladas de terra.

Ontem de manhã, apesar da rubrica informal dos acordos da véspera, no jardim vizinho à moradia ocupada pelos jornalistas, quatro trabalhadores continuaram a cavar um buraco aberto no dia anterior, como se nada tivesse acontecido em Lusaca.

Ao Huambo estão a chegar centenas de refugiados oriundos das localidades, a algumas dezenas de quilómetros da cidade, onde os combates continuam. Ainda ontem o PÚBLICO esteve no hospital central da cidade, onde falou com uma rapariga, Laurinda Félix, de 18 anos, ferida nos bombardeamentos de sábado à Caála (a antiga Vila Roberto Williams dos tempos coloniais). ■

Governo português considera apertado o calendário da paz angolana

PÚBLICO, 2.11.94

O SECRETÁRIO de Estado português da Cooperação, Briosa e Gala, considerou ontem à noite ao PÚBLICO ser ligeiramente "apertado" o calendário para a paz em Angola, que prevê uma assinatura formal do acordo de Lusaca dentro de 15 dias, pelo Presidente José Eduardo dos Santos e por Jonas Savimbi. Mas manifestou a esperança de que mesmo assim venha a ser possível concretizar o que foi combinado na capital zambiana, sob mediação das Nações Unidas e com apoio de Portugal, Rússia e Estados Unidos.

Briosa e Gala, que considerou "totalmente infundadas" declarações do delegado da UNITA em Lisboa no sentido de que Portugal e a Rússia não teriam querido o cessar-fogo logo a seguir à rubrica do pro-

coloco de Lusaca, achou que este documento "é muito importante, mas não é ainda a paz". Pois que resta debater o estatuto de Savimbi e a sua segurança, bem como a dos demais dirigentes do mesmo partido; tal como o aquartelamento e a desmobilização das tropas de um e outro lado (ver [redacted]).

Enquanto isto, o protocolo só ontem à tarde é que foi oficialmente rubricado, em cerimónia com alguns percalços, depois da rubrica prévia conseguida na segunda-feira à noite.

Segundo a enviada da agência Lusa, a cerimónia de ontem foi perturbada por um corte de electricidade, que obrigou o embaixador português em Luanda, João Rocha Páris, um dos observadores, a

discursar à luz de velas.

Por outro lado, a Reuter relatou como é que o mediador do processo, o maliano Alioune Blondin Beye, pediu na ocasião ao Governo e à UNITA que passem a restringir a sua actividade militar, "a fim de aliviar o sofrimento do povo".

Entretanto, os três observadores, Portugal, Rússia e Estados Unidos, distribuíram uma declaração conjunta em que também exortam aquelas duas partes a que, "com urgência, se abstenham de praticar todas as actividades militares hostis, criando assim as condições de paz necessárias à rápida colocação no terreno" de todos os observadores militares e policiais autorizados pelo Conselho de Segurança. ■

Costa Júnior, disse ao PÚBLICO que tem "violentas críticas a fazer aos observadores e à mediação"; e que a rubrica em Lusaca não teria sido muito mais do que "marketing da ONU".

Aprofundando as palavras proferidas no Huambo pelo seu superior hierárquico Lukamba Gato (ver texto ao lado), Adalberto Júnior afirmou ter conhecimento de que a Rússia e Portugal teriam excluído nestes últimos dias a hipótese de um cessar-fogo imediato, ao contrário do que seria a vontade norte-americana.

No seu entender, o optimismo nesta altura só pode ser "muito, mesmo muito, moderado", pois que qualquer avançada significativa das forças governamentais colocaria fortemente em perigo a hipótese de uma assinatura formal da paz em meados deste mês e o cessar-fogo efectivo logo a seguir.

Por seu turno, o deputado eleito Carlos Morgado, que presidiu à sessão num hotel lisboeta, declarou-nos que só em Janeiro é que espera vir a recuperar o seu lugar no Parlamento de Luanda; e é se tudo correr relativamente bem. Em Lusaca ficou decidido que a UNITA indigitará 70 nomes para a Assembleia, podendo figurar entre eles os dos deputados que entretanto viram os seus mandatos cassados, por terem desertado da estreita vigilância do regime, como foi o caso de Morgado.

Angola ainda céptica quanto às possibilidades de paz

Ver para crer

PÚBLICO, 2.11.94

Jorge Heitor

Grande parte dos angolanos ainda não acredita que a paz seja possível dentro de 15 dias, apesar de os documentos oficiais apontarem nesse sentido. Cada uma das partes em conflito continua a desconfiar muito da outra e a atribuir-lhe as piores intenções. A UNITA acusa mesmo Portugal e a Rússia de não se empenharem na obtenção de um cessar-fogo imediato.

O Governo de Angola considerou ontem que o processo de entendimento a tanto custo alcançado em Lusaca vai exigir no futuro o "reforço do espírito de tolerância" e uma vontade sincera de reconciliação entre todos os angolanos, mas a UNITA continua com muito medo de regressar a Luanda e com as maiores desconfianças quanto ao que lhe poderá acontecer.

A liderança do MPLA disse que os angolanos têm de afastar "as mágoas do passado, de modo a empreenderem unidos a grande obra de reconstrução nacional que criará as bases do progresso e prosperidade para todos". Palavras bonitas a que alguns quadros da UNITA respondem que a população de Luanda afecta a José Eduardo dos Santos voltou a receber armas, para a eventualidade de nova "caça" como consideram que foi a efectuada há dois anos a Jeremias Chitunda, Alicerces Mango, Salupeto Pena e outros dirigentes do seu partido.

O Governo reafirmou a

vontade de tudo fazer para que o calendário de aplicação do protocolo de Lusaca seja estritamente cumprido e que haja um cessar-fogo em Angola no dia 17 de Novembro. Mas a UNITA queria que a interrupção das hostilidades fosse já, alegando que o protocolo corre todo o risco de ficar sem continuidade se houver novos avanços no terreno.

Luanda e ONU em consonância

Parecendo em grande consonância com a mediação e com os observadores, o Governo angolano disse ontem à tarde que haverá agora uma reunião dos estados-maiores das Forças Armadas de um e outro lado, a fim de estabelecer as modalidades técnicas da "cessação das hostilidades". E que depois disso se deverá verificar a assinatura formal do acordo de paz.

No entanto, em Lisboa, onde houve uma sessão em "memória das vítimas do massacre" de há dois anos em Luanda, conforme a terminologia da UNITA, o representante deste partido em Portugal, Adalberto

Situação no terreno

Quanto às grandes confusões que nos últimos dias tem havido na imprensa internacional quanto à verdadeira situação nas imediações da cidade do Huambo, Adalberto Costa Júnior disse ontem à tarde ao PÚBLICO que a frente de combate ainda está a bem mais de 40 quilómetros do quartel-general da UNITA e que apenas alguns grupos isolados têm lançado operações a menor distância.

Enquanto isso, fonte militar afirmava à agência Lusa, em Luanda, que as Forças Armadas governamentais têm capacidade bélica e humana para chegar até à capital da província do Huambo, mas que não o fazem por motivos políticos.

Ou seja, a acreditar em tal versão, o Presidente José Eduardo dos Santos poderá muito bem colocar um freio nos seus generais mais ardentes, de modo a que não ponham em perigo a paz, na ânsia de conquistar sempre mais e mais

Continua na pág. 4

Resultados parciais das eleições moçambicanas apontam para vitória de Chissano na primeira volta

Dhlakama tem dúvidas

PÚBLICO, 2.11.94

Do nosso enviado
Luís Pedro Nunes
em Maputo

O processo eleitoral em Moçambique continua aos solavancos. Afonso Dhlakama decidiu ontem vir contestar quem anda a dizer que as eleições foram

livres e justas, e as palavras fraude e irregularidades voltaram ao seu discurso. Há quem diga que tudo se resume a um problema de autoridade no seu partido.

Novo golpe de teatro? Afonso Dhlakama convocou ontem à noite de urgência a imprensa: "Há tantas irregularidades, tantos problemas que ninguém pode dizer que as eleições tenham corrido bem em Moçambique, eu não estou nada satisfeito!" Em causa, as declarações de Aldo Ajello, o número um da Onumuz, que de manhã afirmara

que os 2300 observadores internacionais não tinham recebido informações sobre irregularidades de maior, estando à espera dos resultados finais para poder sancionar os dois actos eleitorais. Dhlakama, um mestre da imprevisibilidade, irritou-se.

"Eu fui obrigado a ter de reagir às declarações do senhor Ajello, não podemos dizer que as eleições foram justas, que decor-

reram bem... um delegado da Renamo foi morto em Inhambane após a contagem dos votos, outro foi morto pela Polícia em Cabo Delgado, há membros da Renamo que votaram em determinadas mesas e depois não aparece voto nenhum, a Frelimo não está a deixar a Renamo acompanhar as urnas".

Todos estes casos "podem pôr em causa todo o processo eleitoral... vocês jornalistas e os observadores podem dizer que tudo correu bem, mas eu estou seguro do que estou a dizer". Dhlakama, que queria fazer unicamente esta declaração, respondeu irritadamente a algumas perguntas, recusou outras, e impediu vários jornalistas de falar.

Mas numa das respostas poderá visar-se alguma luz. "O povo moçambicano, do Maputo ao Rovuma, vai poder dizer que o Dhlakama reagiu, eu não quero perder autoridade, eu sou um líder, não posso deixar as coisas andar e começarem a dizer o Dhlakama traíu-nos".

Para alguns analistas esta é a pedra de toque. Os resultados até agora disponíveis apontam para a derrota, mas também para uma maior votação na Renamo do que no seu líder, e este pode ser o problema. Sente-se Dhlakama em perigo?

De toda a maneira anunciou que "a paz veio para ficar", que "não vai haver mais guerra", e que não estava ainda a dizer que não irá aceitar os resultados. "É cedo demais mas as irregularidades são muitas e temos o direito de dizer não, e também a quem está a preparar psicologicamente a comunidade internacional para o que não aconteceu".

Números e cenários

Toda esta longa espera pelo resultados, e consequentes movimentações e contactos, reuniões e telefonemas, a partir de especulações sobre resultados parciais podem tornar-se perigosas.

Ontem durante o dia, muitos dos partidos da chamada "oposição não armada" — e que dificilmente conseguirão obter qualquer assento parlamentar — foram pedir a Afonso Dhlakama para que não aceite a hipótese de participar com a Frelimo num Governo de Unidade Nacional (GUN). Esse governo, argumentam, faria com que, de novo, não existisse oposição na futura Assembleia. E parece aqui haver uma concertação prévia. Essa mesma oposição, e antes ainda da declaração de

Dhlakama, surgiu a anunciar que as eleições não foram livres nem justas (ver caixa).

A "oposição não armada" está totalmente arredada. Não se soube unir para garantir a eleição de alguns deputados, pulverizando-se em mais de uma dezena de grupúsculos que não atingirão os cinco por cento necessários a uma cadeira na Assembleia e que só ontem, na denúncia, estiveram em consenso.

Parece já remota a possibilidade de uma segunda volta nas eleições presidenciais. Dhlakama tem vindo a subir mas dificilmente ultrapassará os 40-45 por cento; Joaquim Chissano deverá situar-se entre os 55 e os 60 por cento, o que o elegerá à primeira volta.

Desde domingo que o líder da Renamo mostrou interesse em encontrar-se com Chissano, mas o encontro foi sucessivamente adiado, se é que alguma vez esteve na agenda de Chissano. Ontem, Dhlakama parecia que nunca tinha falado no assunto: "Não há encontro nenhum, nem amanhã nem depois de amanhã".

O próprio representante do secretário-geral das Nações Unidas, Aldo Ajello, considerou que tal encontro seria mais frutuoso se ocorresse após serem conhecidos resultados definitivos. Nos últimos dias, Dhlakama tinha dado a entender que existiriam negociações "secretas" com a Frelimo e alguns órgãos de informação de Maputo ressuscitaram o famoso GUN, dizendo que se encontrava de novo na ordem do dia.

Durante a campanha eleitoral, Joaquim Chissano comprometeu-se a escolher ministros fora da Frelimo, "personalidades competentes e independentes", mas sempre se recusou a aceitar a "chantagem" da comunidade internacional para formar um GUN com ministros da Renamo, ou com Dhlakama como vice-Presidente, defendendo que em democracia quem ganha governa, quem perde vai para a oposição.

Mas estes são cenários que parecem estar a "esquecer" que apenas metade dos votos estão escrutinados e que tudo aponta para que Dhlakama continue subir. Os votos tidos até agora em conta são essencialmente

Continuação da pág. 3

Ver para crer

terreno, até ao derradeiro minuto antes da entrada oficial em vigor do cessar-fogo, no dia 17 deste mês.

Isso talvez seja possível no que diz respeito às investidas contra o Huambo, mas já mais difícil de acreditar é que as tropas governamentais se detenham na sua operação dos últimos nove dias para reocupar todo o município do Soyo, com as suas grandes jazidas de petróleo.

De qualquer modo, neste momento é extremamente difícil de prever como é que evoluirá a situação em Angola durante os próximos 15 dias; e por isso mesmo é que a população de Luanza reagiu com relativa frieza e alheamento às notícias de que fora rubricado o protocolo de Lusaca. Para ela, foi apenas mais um conjunto de papéis assinados, restantes agora ver para crer.

Depois de o Alvor, Bi-

cesse e Gbadolite já terem dado origem a tantas esperanças que se malograram, os angolanos, na sua generalidade, encontram-se hoje extremamente cépticos quanto à possibilidade de os seus políticos principais, mormente os dirigentes do MPLA e da UNITA, serem capazes de lhes garantir uma paz efectiva.

A próxima prova vai ser verificar se no dia 10 ou no dia 11 deste mês, décimo novo aniversário da proclamação da independência, se reunem ou não, em clima de trabalho sério e bom entendimento, os chefes dos estados-maiores de um e outro lado, generais João de Matos e Arlindo Chenda Pena, "Ben-Ben".

Entretanto, curioso será também analisar quando e em que termos é que Jonas Savimbi se irá pronunciar sobre a situação, depois de tantas reticências que ainda ontem, no Huambo e em Lisboa, ouvimos aos seus subordinados. ■

Continua na pág. 5

Continuação da pág. 4

Dhlakama tem dúvidas

urbanos e do Sul, estando agora confirmadas as previsões de que Dhlakama e a Renamo têm maior penetração no eleitorado do Centro e Norte e, acima de tudo, no eleitorado rural. Há assim não só um voto étnico como um voto de classe e geográfico bem definido.

A Renamo e Dhlakama estão a pagar o preço do desprezo a que votaram a zona sul do país, que votou esmagadoramente em Chissano e Frelimo. Parece também ter sido fatal a distorsão das palavras do líder da Renamo por alguma comunicação social que fez com que a única frase do líder da Renamo que correu no Sul tenha sido a de que ele queria expulsar a etnia chanagana (do Sul) — o que Dhlakama

nunca terá dito.

Matematicamente, ainda é possível uma segunda volta, pois o intervalo entre os dois candidatos está diminuir e na Renamo continua-se a acreditar que a partir de agora "é só amealhar", dado que são os resultados das zonas remotas do interior que estão a chegar.

Pergunta: "Senhor presidente, essa espera para ver se as eleições foram livres e justas é para ver se os resultados lhe agradam?" Resposta: "Eu não disse isso."

A Frelimo e Chissano têm-se mantido em "black out" total desde há vários dias mas há quem garanta que sempre estiveram à espera de uma vi-

tória sem segunda volta (nunca tendo permitido, por exemplo, que se procedesse antecipadamente à feitura dos boletins de voto para uma segunda mão entre Dhlakama e Chissano), mas estariam igualmente à espera de resultados esmagadores e não tão equilibrados.

Imprevisível

Ontem, Aldo Ajello convocou a imprensa para avançar uma mão cheia de nada. Que tudo correu bem, que os eleitores votaram ordeiramente e em massa, que ninguém poderá dizer que não houve tempo suficiente, que até ao momento não há indícios de fraudes ou irregularidades e que estão à espera dos resultados finais para pode-

rem proferir as palavras mágicas — as eleições foram "livres e justas" — e zarpar de Moçambique. Ajello recusou-se a tocar na questão dos números.

A noite, Dhlakama acusou-o exactamente de ter fornecido números. "Senhor presidente mas eu estive lá e..." Dhlakama não quer ouvir o que os jornalistas ouviram.

Pela manhã, um diplomata comentava que, com todo este encaminhamento para uma normalização do país, faltam "alibis" a Dhlakama, após o "bluff", no primeiro dia, de se retirar das eleições sem garantia de observação das suas exigências, para poder vir agora contestar os resultados. Só que Dhlakama, também reconheceu, é a personificação da imprevisibilidade. ■

O protesto dos "não-armados"

A "OPOSIÇÃO não-armada" anunciou que não aceitará os resultados das eleições caso a CNE não se pronuncie dentro de 48 horas acerca de alegadas irregularidades.

Num comunicado subscrito por dez das doze formações "não-armadas" concorrentes às legislativas — apenas a FUMO, de Domingos Arouca, e o Partido da Convenção Nacional, de Lutero Simango, ficaram de fora — e pelo candidato independente às presidenciais Mário Machel, lamenta-se que a comunidade internacional e a comunicação social estejam já "a anunciar que estas eleições foram justas, transparentes e exemplares". Os subscritores declaram ter constatado vários "aspectos que causam bastan-

te preocupação e que de uma forma ou outra constituem graves irregularidades" no processo eleitoral.

A "ausência de medidas de segurança" e o facto das urnas terem sido "frequentemente" transportadas sem o "acompanhamento dos representantes dos partidos políticos" são exemplos de violações da lei eleitoral. Notícias de outras irregularidades, que continuam a afluir aos quartéis-generais partidários, "poderão indicar" que as eleições "não foram livres, justas e nem positivamente transparentes". "Provas substanciais" das suas acusações "estão sendo canalizadas" para a CNE. ■ L.P.M.

Encontro em Novembro

Cimeira dos "Sete" confirmada em Lisboa

PÚBLICO, 3.11.94

AINDA SEM a certeza da presença dos chefes de Estado de Angola e Moçambique, a cimeira dos sete países de expressão portuguesa já tem data confirmada: a reunião, que deverá instituir formalmente a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), decorrerá no dia 29 de Novembro, em Lisboa.

O assunto foi ontem abordado numa reunião entre o chefe da diplomacia brasileira, Celso Amorim, e Durão Barroso, nas Necessidades. Foi durante a conferência de imprensa conjunta que se seguiu ao encontro que o ministro português anunciou já ter

confirmação da presença de cinco dos sete governantes.

Quanto à incerteza em relação aos presidentes moçambicano e angolano, Durão Barroso adiantou as justificações óbvias: ainda não se sabe quem será o presidente de Moçambique e a deslocação de José Eduardo dos Santos a Lisboa poderá ser condicionada pelos desenvolvimentos da nova etapa do processo de paz naquele país.

Com ou sem os presidentes angolano e moçambicano, a cimeira vai mesmo realizar-se na data marcada. Ninguém parece interessado em repetir a falsa partida da

CPLP, em Junho deste ano, quando o efeito dominó da anunciada ausência de Itamar Franco acabou por provocar o adiamento da reunião.

Desta vez Itamar, que só em Janeiro passa a faixa presidencial a Fernando Henrique Cardoso, não deixará de vir a Lisboa. Terminada a reunião dos sete, o presidente brasileiro continua em Portugal para participar na segunda cimeira luso-brasileira e assim cumprir outro compromisso repetidamente adiado.

Durante a conferência de imprensa de ontem, Celso Amorim aproveitou para manifestar publicamente o seu reconhecimento pelo apoio "pioneiro" de Lisboa à perspectiva de ver o Brasil transformado em membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. ■



E S T U D O S
AFRO-ASIÁTICOS 26

● LIGUE 531-2000 RAMAL 259
● LIGUE 531-2000 RAMAL 259

Suspensos voos humanitários

PÚBLICO, 3.11.94

Do nosso enviado
Fernando Sousa
no Huambo

Um avião das Nações Unidas foi ontem impedido de aterrar no aeroporto do Huambo, de onde, por motivos de segurança, devia retirar todo o pessoal das organizações humanitárias que aqui trabalha. O Presidente Bill Clinton escreveu ao líder da UNITA, regozijando-se com a assinatura do Protocolo de Lusaca e afirmando que "é tempo de acabarem os combates".

Quatro aviões transportando alimentos e remédios ainda aterraram na terça-feira de manhã no Huambo, uma cidade de famintos, mas os voos foram depois suspensos, às 11h15, por motivos

que ao princípio da tarde ninguém sabia explicar muito bem. Ontem, nenhum avião chegou à antiga Nova Lisboa.

Uma fonte dos serviços de distribuição alimentar do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) disse ao PÚBLICO que todas as organizações humanitárias aqui presentes foram aconselhadas pelas Nações Unidas a deixarem imediatamente o Huambo. A cidade ainda ontem foi sobrevoada por um avião de reconhecimento — um PC-7 do Governo de Luanda, segundo a UNITA — e há três testas de ponte de forças governamentais a apontar para ela.

Um Boeing da ONU chegou na terça-feira, cerca das 17h00, com a missão de retirar o pessoal humanitário, mas a UNITA não autorizou a sua aterragem. Inquirido pelos quatro jornalistas portugueses que estão no Huambo — da agência Lusa, TSF e PÚBLICO — sobre os motivos de proibição, o ministro do "governo geral" da UNITA, Paulo Lukamba Gato, afirmou ter sido ele próprio a dar a ordem, pois "evacuar todas as pessoas das organizações humanitárias significa guerra total", quando a situação não é essa.

"Adverti que não quero ouvir falar de retenção das organizações humanitárias", disse o ministro da UNITA, que afirmou ter contactado com o mediador da ONU, Alioune Blondin Beye. Segundo Lukamba Gato, a confusão partiu do chefe da unidade

coordenadora da ajuda humanitária, Pobi Lanzer, com quem o enviado do PÚBLICO não conseguiu falar.

Apesar das informações dos dias anteriores na Caála, 23 quilómetros a sudoeste do Huambo, do sobrevo de aviões de reconhecimento — cujos motores se ouviu distintamente na terça-feira pelas 23h — e de novo ataque na frente, como ontem voltou a acontecer ao princípio da manhã, o ministro do movimento de oposição armada qualificou a situação militar "estacionária".

Carta de Clinton

Entretanto, o presidente da UNITA, Jonas Savimbi, cujo estatuto vai ser discutido no fim-de-semana pelas chefias militares, recebeu uma carta do Presidente norte-americano. Bill Clinton congratula-se com a rubrica do Protocolo de Lusaca e afirma que é tempo de a guerra acabar.

Na carta, com data de 31 de Outubro, a que o PÚBLICO teve acesso, Clinton afirma que "é tempo de acabar com as actividades militares, promover activamente o espírito de reconciliação nacional e concentrar as energias" da nação angolana "na construção de um Estado próspero e unificado".

Os jornalistas portugueses continuavam ontem a aguardar uma entrevista com o presidente da UNITA, como fora admitido na segunda-feira pelo general Lukamba Gato. O encontro chegou a estar previsto para a noite de terça-feira, mas, apesar de os repórteres terem aguardado "em estado de prontidão" durante oito horas, não se concretizou. Horas antes, os céus do Huambo tinham sido visitados pelo PC-7.

Ontem, a situação na cidade era de calma, mas a população ficou ainda mais pobre — se é possível. Os voos cancelados deveriam reabastecer os armazéns do CICV com mais farinha de fuba, feijão, óleo, sal, sabão e medicamentos. "Os voos foram cancelados por motivos políticos", disse um elemento do CICV.

Pior é a situação dos presos políticos do MPLA — cerca de meia centena, segundo a Cruz Vermelha — que continuam detidos algures no Huambo. Segundo Diana Rolt, a coordenadora interina do CICV na cidade, há cinco meses que a UNITA não permite a visita de funcionários seus aos detidos. Inquirido pelo PÚBLICO, Paulo Lukamba Gato, segundo o qual os presos são 22 e não 50, confirmou a interdição, explicando que o CICV continua sem visitar os seus presos em Luanda. ■

Moçambique, Portugal e a Europa

Alvaro Vasconcelos

PÚBLICO, 3.11.94

A política externa portuguesa acerta pela hora europeia. O facto mais simbólico que sustenta esta afirmação é a proposta portuguesa de uma acção comum da União Europeia numa sua antiga colónia, Moçambique.

A adesão de Portugal à União Europeia foi um acto político, primordialmente de política interna, dominado pelo objectivo da consolidação da democracia. Desde 1986, o objectivo do desenvolvimento, o desejo de sair da cauda da Europa, passou a ser preocupação central. Ao mesmo tempo, instalava-se em vários sectores da sociedade portuguesa a perspectiva da Europa como "árvore das patacas",

que havia de se consumir como se consumiram as especiarias das Índias ou o ouro do Brasil. Ou seja, uma perspectiva eminentemente oportunista, tirar o máximo e dar o mínimo, que tem a sua expressão correlativa, em matéria de política externa e de defesa, no desejo de conservar ciosamente as áreas consideradas de interesse nacional, com os países africanos lusófonos em primeiro plano, e fazer o menos possível nas áreas consideradas de menor interesse para Portugal pelo mero facto de ser evidente o interesse "dos outros".

Assim se criou uma clivagem, que pode sintetizar-se na fórmula África ou Bósnia, bem evidente no debate surdo e restrito em torno da revisão dos

conceitos estratégicos da defesa nacional. Tentativas houve, designadamente por parte de alguns sectores militares, para impedir que a política europeia de Portugal orientasse também a política de defesa.

A África lusófona era encarada em Portugal, e continua a ser em certos quadrantes, como a África anglofona pelos britânicos e a francofona pelos franceses, ou seja, como domínio reservado, servindo o quadro europeu essencialmente de apoio, através da cooperação económica, aos objectivos nacionais em matéria de política externa e de segurança para antigas colónias. Houve, por vezes, é verdade, coordenação entre antigas potências coloniais, a exemplo do que fizeram a França e a Bélgica em relação ao Zaire, mas isso não significa coordenação ou esforço conjunto ao nível europeu.

Em Moçambique, portugueses e ingleses tiveram uma participação na constituição do Exército moçambicano. Mas não se pode falar neste caso de cooperação luso-britânica, mas antes de rivalidade. Os portugueses suspeitavam de que os ingleses pretendiam "anglofonizar" Moçambique, e dizia um diplomata francês que o ambiente em Maputo, entre diplomatas portugueses e ingleses, fazia lembrar os tempos do mapa cor-de-rosa e do ultimato de 1890.

Com os avanços, embora ambíguos, no sentido

Continua na pág. 7

Luanda aumenta pressão militar

PÚBLICO, 3.11.94

O EXERCÍTO governamental angolano aumentou a pressão militar sobre a UNITA, procurando reforçar as suas posições no terreno antes de um eventual cessar-fogo. Ao mesmo tempo, através de um comunicado lido na rádio Vorgan, o movimento de Jonas Savimbi advertiu que um ataque à cidade do Huambo significaria a liquidação das esperanças saídas das conversações de Lusaca.

O porta-voz das Forças Armadas Angolanas, brigadeiro José Manuel Jota, desmentiu ontem em Luanda que as FAA quissem conquistar o Huambo, mas confirmou a ofensiva em torno da cidade, designadamente na Caála, de modo a "cercar" todos os acessos para "impedir que a UNITA retire o armamento pesado e o esconda", a exemplo do que aconteceu durante a vigência do fracassado Acordo de Paz de Bicesse.

Começa agora a ficar mais nítida a estratégia delineada pelo Governo até à assinatura

dos Acordos de Lusaca. "Querem que todo o material da UNITA permaneça na cidade [Huambo] para facilitar o seu controlo pelas forças da ONU, logo que seja decretado o cessar-fogo", justificou o brigadeiro Jota, numa tentativa de assegurar o mediador da ONU, Alioune Beye, esperado ontem em Luanda para consultas urgentes com o Presidente Eduardo dos Santos.

A promessa do "cerco total" ao quartel-general de Savimbi vai sendo progressivamente cumprida com a anunciada reocupação pela FAA, na segunda-feira, da vila do Chinguar, que separa o Bié do Huambo. O objectivo, diz-se nos meios governamentais, é impedir a fuga dos dirigentes da UNITA em direcção à Jamba, o mítico "bastião da resistência", nas chamadas Terras do Fim do Mundo (Quando Cubango), próximo da fronteira com a Namíbia.

Desconfiando que as FAA puseram em marcha uma ponte aérea que está a levar a Cui-

to e ao Quando Cubango consideráveis reforços em homens e material de guerra, as forças da UNITA aumentaram a pressão contra aquela cidade, submetendo-a a intensos bombardeamentos de artilharia.

De uma maneira geral, os observadores opinam que a agressividade militar do Governo nestes últimos dois meses foi facilitada por um erro estratégico da UNITA, ao insistir na clássica guerra de posições, através sobretudo do controlo de centros urbanos. E no prosseguimento da lógica de envolver as grandes cidades, como defendeu o porta-voz das FAA, a UNITA terá de se preparar para, nos próximos dias, enfrentar as investidas governamentais contra o Uije, no norte, a segunda cidade do país ainda na sua posse.

Depois de, no início da semana, ter perdido posições nas províncias de Benguela e Huíla, a UNITA resiste no Soyo (norte), onde acusa o Governo de estar a ser apoiado por mercenários

sul-africanos. Contrariamente às informações anteriores que admitiam a captura do Soyo pelas FAA, uma fonte de uma empresa francesa que garante segurança às plataformas marítimas confirmou ao PÚBLICO a existência de combates no centro da vila.

O rápido agravamento do conflito militar criou nos meios políticos um sentimento de ceticismo quanto à possibilidade das chefias militares do Governo e da UNITA se reunirem a 9 deste mês e decretarem o cessar-fogo no próximo dia 17.

O Estado-Maior das FAA está quase todo concentrado no Cuito, onde coordena directamente as investidas contra a região do Huambo. Uma investida que deixa já visível os cenários pós-Lusaca, uma vez que o Huambo será a última região controlada pela UNITA a ser desarmada. O Governo querará, no futuro, ditar as regras de jogo nesta região. ■

*Aguiar dos Santos,
em Luanda*

Continuação da pág. 6

Moçambique, Portugal e a Europa

PÚBLICO, 3.11.94

da definição de uma política externa e de segurança comum (PESC), assistimos à "europeização" de alguns aspectos da política africana dos Estados da União. A França, por exemplo, antes de intervir no Ruanda, além da autorização das Nações Unidas, solicitou e obteve a aprovação da União Europeia e da União da Europa Ocidental (UEO). Num outro plano, o respeito dos direitos do homem passou a ser tomado em conta na política de cooperação, o que dá aos Doze um "droit de regard" sobre as políticas nacionais nesse campo.

Portugal, num gesto que passou despercebido a muitos, acaba de quebrar um tabu ao propor uma acção comum da União Europeia de apoio às reformas democráticas em Moçambique. Da própria definição dos domínios de acção comum — aqueles em que os Estados consideram ter "interesses importantes em comum" — decorre que Portugal não considera Moçambique como "domínio reservado" da política externa portuguesa. O caso da África do Sul, em que já existe uma acção comum da União Europeia de apoio às reformas, não serve aqui de contra-argumento, pois nem os mais megalómanos sonhariam em reservá-la exclusivamente à acção externa de qualquer antiga potência colonial.

A mediação portuguesa em Angola que levou aos acordos de Bicesse foi desenvolvida (aliás antes da assinatura do Tratado da União) em colaboração com os Estados Unidos e a Rússia, e algum apoio das Nações Unidas. O processo angolano mostrou que Portugal não estava em condições de enfrentar sozinho, mesmo com a colaboração dos Estados Unidos e da Rússia, problemas da dimensão da guerra civil angolana, e que as Nações Unidas estão excessivamente condicionadas na sua acção pelos

interesses estratégicos dos membros do Conselho de Segurança e pela vontade de agir. Portugal já constatou que o grau e a natureza da solidariedade no quadro da União Europeia é incomparavelmente superior e diferente do que é possível obter em qualquer outro quadro, nomeadamente o das Nações Unidas.

Portugal, que não é nisto diferente dos outros, constatou que não tem capacidade para levar a cabo sozinho os seus grandes objectivos de política externa, e que partilha, além disso, com os demais Estados europeus interesses convergentes extremamente fortes de política internacional.

A proposta de uma acção comum em Moçambique tem toda a razão de ser, tanto mais que já existe uma acção comum na África do Sul. Não deixa de ser curioso que o principal opositor dessa proposta tenha sido a Inglaterra, que continua a olhar a África como domínio privilegiado da acção bilateral. A acção comum no quadro da PESC de apoio às reformas foi pois reduzida a uma operação de fiscalização das eleições, o que põe em causa a eficácia da acção da União no processo moçambicano.

Para o real sucesso ou insucesso da transição moçambicana, são cruciais os meses seguintes às eleições, e a continuidade da acção das Nações Unidas não está garantida. Os riscos são inúmeros, e resultam principalmente do facto de não existir um verdadeiro consenso entre os principais partidos para a transição e de não estar resolvido satisfatoriamente o problema dos desmobilizados. Há um país a reconstruir, destruído por anos de guerra e dogmatismo político.

Moçambique não é caso isolado a demonstrar que se acentua a tendência para a europeização da

política externa portuguesa. Os exemplos são numerosos: a acção de Portugal, a par da Espanha, na criação da associação de livre comércio entre a União Europeia e o Mercosul (Brasil, Paraguai, Uruguai, Argentina), que acaba de ser proposta pela Comissão e cuja primeira reunião se prevê entre em vigor no segundo semestre do ano que vem; a participação em múltiplas iniciativas mediterrâneas; e, mesmo na área onde tradicionalmente maiores resistências há a vencer, a política de defesa europeia, está a ser sustentada com empenho não habitual a candidatura de José Cutileiro ao cargo de secretário-geral da UEO e Portugal já decidiu participar na cooperação militar mediterrânica dos países da Europa do Sul, até aqui restringida à França, Itália e Espanha. Sublinhe-se também o facto de João de Deus Pinheiro ter obtido na Comissão a pasta da cooperação com os países da África (incluindo a África do Sul), Caraíbas e Pacífico.

Esta viragem na política externa e de defesa portuguesa é significativa no presente quadro europeu, e deve ser prosseguida, nomeadamente acentuando mais fortemente a tendência de considerar como área de interesse português as áreas fundamentais da segurança europeia (a Europa central e do Leste, além do Mediterrâneo). Porque é nestes domínios, muito mais claramente do que na economia, que podemos afirmar desde já o nosso direito a pertencer ao tal pelotão da frente. Como é também nestas áreas que pode tornar-se mais claro que Portugal se integra na Europa numa perspectiva de dar e receber, de solidariedade com os demais, contrariando a imagem de país hesitante, mais preocupado com o que poderia tirar do processo do que com o que poderia contribuir, que deu de si nos primeiros anos. ■

Enquanto decorrem os últimos combates em Angola

PÚBLICO, 4.11.94

A busca de uma paz duradoura

AS DUAS PARTES do conflito em Angola estão a proceder aos seus últimos ajustes de contas militares, para que a partir do dia 17 deste mês seja possível garantir uma paz duradoura, conforme os desejos expressos pelas Nações Unidas e pelos três países observadores: Portugal, Rússia e Estados Unidos.

As tropas do governo procuram garantir o controlo de todo o município do Soyo, essencial para a economia nacional, e apertam o cerco à cidade do Huambo, que está a ser defendida por cerca de dez mil homens da UNITA. Mas o objectivo não é possivelmente (conforme já ontem se destacava no PÚBLICO) entrar dentro dos bairros daquela capital provincial, mas antes evitar que o armamento que lá se encontra seja transferido para outras paragens.

Os últimos dois anos de guerra originaram ao Estado angolano prejuízos de 500 mil milhões de dólares nas suas receitas da exploração petrolífera, que é feita dois terços na província de Cabinda e o outro terço no município do Soyo, província do Zaire, na margem sul do rio do mesmo nome. E por isso é que é tão importante para a recuperação do país que Luanda controle o Soyo, se possível com o domínio também da respectiva capital pro-

vincial, M'banza Congo, ainda nas mãos da UNITA.

No entanto, e apesar de nos últimos meses haver perdido nitidamente terreno, o partido de Jonas Savimbi não quer ficar completamente de rastos, em termos militares, razão pela qual estaria a aumentar agora a sua pressão na província do Bengo, uma centena e meia de quilómetros a nordeste de Luanda, perto das terras históricas de Namuangongo.

Combates na Quibala

Outra frente em que a UNITA presentemente se empenha é a de Quibala, na província do Cuanza Sul, com combates na estrada que do Luau desce para a fronteira com a província do Huambo. Ao mesmo tempo que os homens do Galo Negro continuam nos arredores tanto de Luena como do Menongue, duas capitais provinciais que cercam há bem mais de um ano.

Quanto ao fulcro de todas as atenções nos últimos dias, o Huambo, e apesar das afirmações governamentais de que não está iminente nenhum assalto ao quartel-general de Jonas Savimbi, ainda ontem a Comissão Luso-Angolana Para a Libertação dos Presos Políticos de Luanda dizia num comunica-

do, em Lisboa, que os governamentais querem mesmo conquistar a cidade criada por Norton de Matos.

Aquela comissão, afecta à UNITA, manifestou "a sua profunda indignação pelo silêncio das Nações Unidas e dos observadores, que não condenam esta poderosa ofensiva contra uma cidade de mais de meio milhão de habitantes, numa altura em que já se encontra rubricado o Protocolo de Lusaca".

A verdade, porém, é que na terça-feira à noite Portugal, os EUA e a Rússia, numa declaração conjunta, exortaram os beligerantes a que, "com urgência, se abstenham de praticar todas as actividades militares hostis, criando assim as condições de paz necessárias à rápida colocação no terreno" dos observadores militares e dos polícias internacionais previstos pelo Conselho de Segurança.

Os países observadores do processo angolano exprimiram a sua confiança em que seriam criadas as necessárias condições ao adequado alargamento da presença das Nações Unidas, de modo a que durante os próximos meses sejam colocados no terreno os perto de sete mil capacetes azuis que estão previstos.

Lisboa, Washington e Moscovo pediram à comunidade internacional que envide todos os esforços no sentido de acelerar a execução do Protocolo de Lusaca, o que evidentemente pressupõe a rápida disponibilização — ao longo dos próximos três meses — dos homens necessários para um efectivo aquartelamento e para a desmobilização das forças excedentárias.

O aquartelamento e controlo das tropas de ambos os lados e, também, da Polícia de Intervenção Rápida, vulgo "ninjas", vai estar na agenda dos estados-maiores que se reúnem no dia 10 em Lusaca, em conjugação com os trabalhos da comissão política ad-hoc que há-de definir de uma vez por todas qual será a segurança garantida a Jonas Savimbi na altura em que aceitar residir de novo em Luanda.

Se o processo não descarriar até lá, apesar de o calendário existente ser apertado, o Presidente José Eduardo dos Santos e o chefe da UNITA são aguardados em Lusaca nos dias 15 ou 16 de Novembro, para a assinatura formal do novo acordo de paz, nas vésperas da entrada em vigor do cessar-fogo. ■

Jorge Heitor,
com Aguiar dos Santos,
em Luanda

Frelimo já canta vitória

PÚBLICO, 4.11.94

PROJECCÕES da Frelimo, citadas ontem pela agência Reuter, dão ao partido no poder em Moçambique desde 1975 a possibilidade de ficar com 140 dos 250 deputados na nova Assembleia da República. Tal como apontam para a probabilidade, que o PÚBLICO tem vindo a referir, de o Presidente Joaquim Chissano arrebatá-la à chefia do Estado logo à primeira volta, sem a necessidade de ir a um segundo "round" com Afonso Dhlakama.

Os cálculos até agora conhecidos baseiam-se em 60 por cento dos votos contados, tendo a Renamo a esperança de que os restantes diminuam pelo menos a sua desvantagem, dado que dizem respeito, muitos deles a áreas rurais, onde o partido tem mais simpatizantes do que nas cidades.

A Comissão Nacional de Eleições (CNE) ainda não forneceu quaisquer resultados oficiais ou pelo menos officiosos, mas a partir das projecções efectuadas pelas Nações Unidas e pela Frelimo é possível admitir que o Presidente Chissano tenha conseguido somar um total aproximado de 55 por cento dos votos e que Afonso Dhlakama se fique por um terço do eleitorado. Sem votações significativas para as demais candidaturas.

A confirmarem-se estes números, Chissano é o único dos presidentes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) que consegue ser reconduzido no cargo logo à primeira volta, após a abertura das antigas colónias lusitanas à prática multipartidária.

Em São Tomé e Príncipe, o Presidente Manuel Pinto da Costa nem sequer apresentou candidatura para ficar à frente do país. Em Cabo Verde o veterano Aristides Maria Pereira foi derrotado pelo candidato da oposição, António Mascarenhas Monteiro. Na Guiné-Bissau o líder do PAIGC, João Bernardo Vieira, necessitou de uma segunda volta para vencer o seu principal adversário, Kumba Ialá. E em Angola o Presidente José Eduardo dos Santos ainda está à espera de uma segunda volta das eleições em que no mês de Setembro de 1992 não conseguiu o mínimo de 50 por cento dos votos, que era o necessário para dispensar um desempate com Jonas Savimbi.

Enquanto isto, a Renamo fez saber que "de momento não é oportuno" um previsto

encontro do seu chefe com o Presidente Chissano; pois que ainda nem todos os votos foram escrutinados nem se sabendo sequer se a contagem fica terminada esta semana. ■



FAÇA JÁ
SUÁ ASSINATURA

E S T U D O S
AFRO-ASIÁTICOS 26

LIGUE 531-2000
RAMAL 259



“A situação é de guerra”

PÚBLICO, 4.11.94

Do nosso enviado
Fernando Sousa
no Huambo

No Planalto Central angolano, com combates a uma trintena de quilómetros do Huambo e refugiados a afluírem à cidade, em procura de abrigo e de comida, “a situação é de guerra”, define a UNITA.

Huambo acordou ontem de novo ao som das bombas, mas as explosões, muito fortes, ocorreram todas longe da cidade.

Um militar da UNITA identificou os rebentamentos, oito ao todo, que tenhamos contado, como tiros de artilharia pesada,

eventualmente de um canhão M-46, arma com calibre de 30 milímetros e um alcance de 27 quilómetros.

Combates ocorreram nas regiões de Chipindo, província de Huíla, e Balombo, província de Benguela. Mas na região limítrofe de Huambo, é onde se regista a maior pressão. Continuam a registar-se violentos confrontos na Calenga, situada a 30 quilómetros da antiga Nova Lisboa, onde as forças da UNITA conseguiram, no entanto, conter o avanço das tropas governamentais, segundo disse ao PÚBLICO o general Paulo Lukamba Gato, “ministro” da UNITA.

Aviões MIG governamentais sobrevoaram a cidade, mas não foram anunciados quaisquer bombardeamentos. Muitas pessoas, homens, mulheres e crianças, começaram no entanto a correr em direcção aos abrigos.

Politicamente, a manhã foi muito agitada para o que é habitual no Huambo, onde a vida decorre normalmente

lenta, embora tensa.

Várias reuniões entre Lukamba Gato e os chefes dos estados-maiores da polícia e das FALA (forças armadas da UNITA) estavam previstas para ontem de manhã. E perto das 11h começaram a chegar à sede do “ministério geral”, nas antigas instalações da administração colonial, várias viaturas transportando os responsáveis das organizações não-governamentais (ONG): Caritas, Comité Internacional da Cruz Vermelha, Médicos Sem Fronteiras, entre outras, e o chefe da Unidade de Coordenação da Ajuda Humanitária, Tobi Lanzer.

Recorde-se que as ONG no Huambo foram aconselhadas a deixar a cidade perante o agravamento da situação militar, uma questão que ontem permanecia ainda pouco clara. O ministro Gato disse mesmo que “a situação é de guerra”, tendo falado, para

Lusaca, com o mediador das Nações Unidas, Alioune Blondin Beye, a fim de que pressione o Governo de Luanda a parar com os combates.

“Não tenho dúvidas sobre as intenções do MPLA”, disse Gato, referindo-se à intenção do Governo de Luanda de tomar Huambo pela força, acrescentando ter estado de manhã com o líder da UNITA Jonas Savimbi, com quem discutiu a situação política e militar.

Estão a chegar muitas pessoas à cidade, oriundas das zonas mais afectadas pela guerra. Muitas concentram-se em frente das instalações dos Serviços de Reinserção Social, à espera de roupa e de comida.

São pessoas de todas as idades, que se queixam da violência, de todas as carências do mundo, e que choram, quase todas, os parentes que deixaram para trás, mortos ou incapazes de fugir. ■

Primarismo

Miguel Fontes

Nem queria acreditar ao ler o editorial do último número do semanário “Expresso”, intitulado “Moçambique e a democracia”. Não fosse a gravidade das afirmações aí proferidas e deixaria que a minha indignação se ficasse pelo encaminhar do dito editorial para A Noite da Má-Língua, para deleite dos que semanalmente se entregam a tão nobre tarefa. O assunto merece, porém, continuar a ser discutido à luz do dia.

A pretexto dos recentes episódios ocorridos com as eleições moçambicanas, aproveita o editorialista do “Expresso” para tecer meia dúzia de considerações sobre os problemas resultantes da aplicação do modelo ocidental de democracia a “povos tão primitivos” quanto o moçambicano.

Interroga-se o “Expresso”: “Se a democracia em Portugal só foi restabelecida em 1974, há vinte anos, como pretender que povos muito primitivos a adoptem já sem problemas? Como esperar que populações que em muitos casos ainda têm uma organização tribal — e que, além disso, se combatem há duas décadas — possam respeitar de um dia para o outro as regras de funcionamento de um sistema ‘não natural’, ou seja, que contraria os impulsos básicos do ser humano? O que é natural, instintivo é a luta pelo poder.”

E mais adiante: “Se, na civilização Europa, os deputados chegam a envolver-se em cenas de pugilato — como aconteceu há dias em Itália —, como pretender que em África os negros respeitem civilizadamente regras que não compreendem?”

O que não se compreende é que o mais prestigia-

PÚBLICO, 4.11.94

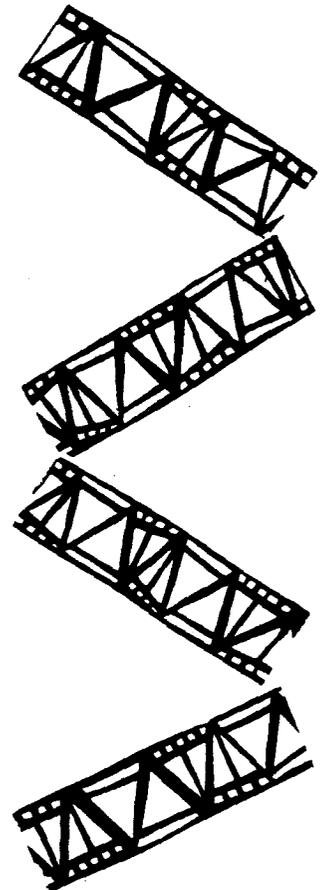
do semanário português possa subscrever, em tão curto texto, tanta ignorância, tanta estupidez e tanto reaccionarismo. Desde quando se interrogam processos históricos e realidades sociais a partir de premissas e conceitos tão ultrapassados como o de “povos primitivos” ou “impulsos básicos do ser humano”? Mas será que a antropologia nunca existiu? Que a sociologia é uma mera ficção?

Situar o debate sobre a construção das democracias africanas — debate legítimo e necessário, ninguém o contesta — a partir de um discurso biologicizante e naturalista sobre os povos africanos é, no mínimo, primário. E, igualmente grave, trata-se de uma enorme desonestidade intelectual.

Aquilo a que estamos assistir em Moçambique não tem nada que ver com o carácter “instintivo e natural” do ser humano pela luta pelo poder. Aquilo a que assistimos em Moçambique é a um processo eminentemente político, feito de interesses necessariamente conflituais, no qual todos procuram jogar o melhor possível as suas cartas. E, neste aspecto, nada de substancialmente diferente do que acontece na “civilizada Europa”.

A diferença, essa, situa-se a outro nível: nas dificuldades óbvias de quem só agora começa a dar os primeiros passos na exigente construção de um sistema democrático em substituição da lógica da guerra civil. Claro que existe um problema quando se exportam ou se impõem modelos de organização política para realidades culturalmente distintas daquelas que produziram esses mesmos modelos. Mas, se essa é uma questão cultural, então é aí que o debate se deve situar.

A história da democracia é também a história do indivíduo-cidadão: questão é saber como pode uma existir sem a outra. E por aqui passam, por certo, os problemas das democracias africanas muito mais do que por considerações inúteis e antropologicamente ultrapassadas sobre a condição humana. ■



FAÇA JÁ
SUÁ ASSINATURA

LIGUE 531-2000
RAMAL 259

Por causa de um "cartoon" de que Marcolino Moco não gostou

"Jornal de Angola" perde director

João Aguiar dos Santos
em Luanda

O director do "Jornal de Angola" foi substituído ao fim de dois anos em funções. Pretexto: "A necessidade de rotação dos quadros." Motivo: a publicação de um "cartoon" que o primeiro-ministro, Marcolino Moco, achou intolerável. Nas redacções da informação estatal angolana vive-se um profundo mal-estar.

Dois burros com orelhas desconhecidas, tendo no pescoço a inscrição "povo" e que puxam a carroça do programa económico do Governo, carroça onde um "muata" (chefe grande, em dialecto quimbundo) barrigudo saboreia o prazer de um charuto: eis o "cartoon" que ditou, na

quinta-feira, a exoneração de Vitor Silva, director do "Jornal de Angola".

Inserido na edição de 16 de Outubro do matutino governamental, o "cartoon" sobrepunha aos dois jumentos um pequeno texto onde o "povo", em vez de perder tempo a passar atestados de "incompetência" ao Executivo dirigido por Marcolino Moco, redige um "atestado de paciência" sobre os salários miseráveis e a galopante subida do custo de vida — a inflação angolana foi estimada, no mês passado, em 550 por cento em relação ao mesmo mês de 1993 pelo Ministério do Planeamento e Coordenação Económica.

Sob a permanente vigilância do gabinete do assessor de Imprensa do primeiro-ministro nestes dois anos em que ocupou o cargo, Vitor Silva já recebera, recentemente, um "cartão amarelo" ao permitir que o jornal veiculasse análises prevendo o fracasso das reformas económicas do Governo.

Mas desta vez, irritado com as insinuações do "cartoon", Marcolino Moco, alvo de crescentes críticas no Con-

selho de Ministros e no Parlamento, apesar da maioria absoluta ali detida pelo MPLA, ordenou ao ministro da Comunicação Social que cortasse cerce qualquer veiledade mediática — os órgãos de informação estatais não devem tornar-se incómodos ao poder.

A "necessidade de rotação dos quadros" foi a fórmula encontrada pelo ministro, Vaal Neto, para justificar a substituição de Vitor Silva, numa reunião com os editores do jornal. Da decisão do primeiro-ministro — que certos membros do Governo acusam em privado de "ter, no máximo, o nível de um quadro médio" — nada transpirou para a opinião pública angolana.

Primeiro correspondente angolano do PÚBLICO, função que desempenhou em Luanda até finais de 1991, Vitor Silva passa agora a dirigir o "Jornal dos Desportos", publicação também editada pelo "Jornal de Angola". Em sua substituição, e a partir de ontem, foi indicado Luís Fernando, ex-director de programas da Rádio Nacional de Angola que, tempos atrás, se no-

rança já transmitira ao embaixador angolano, Afonso Van-Dunem, "M'Binda", a preocupação das Nações Unidas pela alegada avançada contra o Huambo, onde um enviado da TSF dizia ontem à hora do almoço que o ambiente era de grande tensão.

A UNITA afirma não entender que se tenha assinado o protocolo das conversações de Lusaca e que depois disso a guerra não tenha logo terminado, mas a verdade é que nos textos rubricados na noite de 31 de Outubro só se prevê um cessar-fogo efectivo em 17 deste mês, após a esperada cerimónia formal em que deverão estar o Presidente angolano e Jonas Malheiro Savimbi.

tabilizou no combate contra os jornalistas angolanos que trabalham para a comunicação social estrangeira, apunhando-os de "mercenários antipatriotas vendidos por um punhado de dólares".

Na meteórica ascensão do novo director do "Jornal de Angola", licenciado em Havana, pesou sobretudo a sua irrepreensível fidelidade ao MPLA, o que faz aumentar, entre os quadros da redacção do matutino, o receio de verem a censura interna subir a níveis insuportáveis.

Um mal-estar que, de resto, se estende a todos os media estatais e que recentemente levou ao afastamento de José Caetano de director de Informação da agência oficial de notícias. A Angop, queixam-se frequentemente os seus jornalistas, é dirigida "com punho de ferro" por Miguel de Carvalho, um capitão reservista que se destacou ao serviço da antiga DISA (primeiro embrião dos SINFO, Serviços de Informação).

Nas redacções, povoadas de agentes ou informadores dos SINFO, vive-se um ambiente de suspeição generalizada, instigada pelo recente caso do "jornalista" Ângelo Silva, da Rádio Nacional, que é simultaneamente funcionário do Gabinete de Informação e Análise do Ministério do Interior (que tutela o serviço de Informações). Ângelo Silva foi publicamente denunciado ao tentar extorquir três mil dólares pelo seu silêncio num caso de desvio de dinheiro destinado a estudantes angolanos em Cuba. ■

Soares disponível para ir a Lusaca

PÚBLICO, 5.11.94

O PRESIDENTE da República portuguesa, Mário Soares, manifestou já a sua disponibilidade para, em conformidade com um convite do seu homólogo zambiano, Frederick Chiluba, ir este mês a Lusaca assistir à assinatura solene do acordo de paz para a Angola, disse ao PÚBLICO uma fonte do palácio de Belém.

Pelas 17h00 de ontem, o Presidente recebeu no seu gabinete a economista luso-angolana Fátima Roque, um dos deputados eleitos pela UNITA que minutos antes haviam dado uma conferência de imprensa, num hotel de Lisboa, a alertar para o perigo de o protocolo há cinco dias rubricado em Lusaca não se poder substanciar dentro das duas próximas semanas no previsto acordo de paz. Mais tarde, Soares deveria fazer perante as câmaras da TV uma declaração sobre o pro-

blema de Angola.

Na conferência, os deputados brancos no exílio Fátima Roque, Carlos Morgado, Rui Oliveira e Carlos Fontoura disseram que não será possível o estado-maior da UNITA ir a Lusaca no dia 10 para uma reunião com o seu congénere governamental se entretanto não cessarem as ofensivas de Luanda, mormente contra a cidade do Huambo. O que significaria a continuação da guerra por tempo indeterminado, dado que há armas em Angola que chegam para vários exércitos; e que inclusive se poderia admitir uma luta de guerrilhas.

Os mesmos elementos alegaram que a capital da província do Huambo é actualmente o alvo de forças governamentais que avançam por seis eixos, no sentido de a "asfixiarem". E na véspera à noite o Conselho de Segu-

Por seu turno, Mário Soares escreveu já a José Eduardo dos Santos e ao líder da UNITA, fazendo-lhes um veemente apelo a que cessem imediatamente as hostilidade. E dessas cartas deu conta ao secretário-geral das Nações Unidas, ao papa, ao Presidente Clinton e ao primeiro-ministro português, Cavaco Silva.

O PÚBLICO perguntou ao fim da tarde de ontem ao gabinete de imprensa do primeiro-ministro se acaso estaria prevista alguma deslocação deste a Lusaca, ou se houve algum convite nesse sentido, tendo a resposta sido apenas de que "não há nada em agenda" sobre qualquer viagem à Zâmbia. ■

• Abolicionismo e memória das relações raciais • Industrialização e desigualdade racial no emprego: o exemplo brasileiro • Cor e mobilidade social no Brasil • Uma nota sobre "raça social" no Brasil • Humor negro • Estado e destino do gueto: retroçando a linha da cor urbana na América pós-fordista • Brasil-Estados Unidos: um diálogo que forja nossa identidade racial • O Brasil e a China: a cooperação em ciência e tecnologia em perspectiva histórica • Eleições na África do Sul: uma visão de primeira mão

LIGUE (021)531-2000
RAMAL 259

STUDAS
AFRO-ASIÁTICOS

Número anterior
26
rão afro-brasileira: o final do século XX • O
partido da esquerda • O tempo negro de Iguaçu
Ribeirão Preto • Trabalho, cor e diferenças de gerações
de Amélia • O mundo de pernas para o ar • Notas
de desobediência racial e política no Brasil • Negros e
judeus no Rio de Janeiro • História e memória em São Paulo
Palmeiras • O caso Alvim • O escritor angolano e a sua
literatura • A questão étnica e racial nos algarbes angolanos
• O apartheid e a política externa sul-africana

TUDO BEM

Texto de
HENRIQUE MONTEIRO

EXPRESSO, 5.11.94

APESAR DE UMA OU OUTRA ESCARAMUÇA VERBAL E DAS AMEAÇAS DE BOICOTE POR PARTE DA RENAMO, AS ELEIÇÕES EM MOÇAMBIQUE DECORRERAM NUM AMBIENTE DE COMPLETA CALMA. AGORA, SÓ RESTA ESPERAR PELO ANÚNCIO DOS RESULTADOS

SALOMAO Manhica tinha um sorriso largo estampado na cara. Nem queria acreditar que ali estava ele, presidente de uma mesa de voto em Mafuiana, a menos de quatro horas de encerrarem as urnas, sem ter uma única história para contar. Olhava, ria com a cabeça inclinada para trás e olhava de novo para apenas dizer: «Nada! Tudo normal!» De repente, lembrou-se. «Sim, houve aí alguns velhos que já de dentro da cabina gritavam: 'Onde está o meu partido?' Só isso, mais nada, aqui tudo correu bem». Mais à frente, em Massaca, José Tivane também não tinha histórias. «A gente entra e vota, como se tivesse sido sempre assim.» Para além da mesa de voto, encostado a uma palhota semidesfeita, o sr. José acena-nos. Está sentado junto à sua mulher e rodeiam-nos várias crianças. Quer falar connosco, e a sua história é igual a tantas outras que se ouvem. Nasceria em Chicualacuala, e lá vivera até fugir da guerra. Centenas de quilómetros a pé, outros de «machimbombo», mais uns tantos de «chapa» e ali estava ele, com a família. Há

menos de meia-hora tínhamos ouvido uma história quase igual de um outro homem, envergando roupas esfarrapadas, que tratava de uma «machamba» com a sua mulher, enquanto três filhos subnutridos e rotos brincavam pela terra negra e fértil do vale dos Pequenos Libombos.

«Papá já votou?», perguntámos a José, utilizando a expressão normal para referir um chefe de família. De imediato nos mostra a mão, onde a tinta indelével não o deixa mentir. Entrámos na palhota, forrada de cartazes e recortes de jornais com a fotografia de Dhlakama, mas ninguém se atreveria a referir o partido que ele terá escolhido. Se há algo que a intensa educação cívica, que precedeu a votação, deixou interiorizado em cada moçambicano é que o voto é secreto. Muitos achariam quase uma ofensa que lhes perguntassem em quem votaram.

“QUERO VOTAR”

AS ELEIÇÕES foram, em Moçambique, um acto solene, só comparável, talvez, ao da independência deste país, há quase 20 anos. A recomendação de que todos os membros das mesas eleitorais usassem sapatos era já sinal de que se estava a viver um momento de cerimónia. E, pelo menos a avaliar por alguns locais que visitámos e pelos relatos de inúmeros observadores, os próprios eleitores se apresentaram com as melhores roupas. Os mais de 20 por cento que exerceram o seu direito viveram os três dias de eleições como uma festa. É certo que houve incidentes — alguns dos quais impensáveis em países ocidentais — mas a verdade é que o cômputo geral, mais do que positivo, é surpreendente. Não há sequer relatos da intervenção das forças policiais. Algumas pequenas histórias, não obstante, são dramáticas. Em Maquese, distrito de Chibuto, um homem que se encontrava na bicha, a escassos 300 metros da mesa de voto, pisou uma mina que lhe esfacelou totalmente a perna, que seria mais tarde amputada no hospital distrital, mas nem isso suspendeu a votação. Na própria cidade de Chibuto, uma mulher deu à luz em plena assembleia de voto. E votou já com o seu filho recém-nascido ao colo.

Os relatos dos correspondentes da Rádio Moçambique (RM), alguns deles repletos de dramatismo, ilustram a forma altamente cívica como decorreu o acto eleitoral. Um deles referia uma mulher que teve de sair de casa à uma hora da manhã para votar. «Como não tinha com que matabichar acabou por desmaiar.» E, depois do repórter da RM explicar como a encontrou deitada no chão e de referir que ficou à espera de que a mulher acordasse, os ouvintes podem tomar conhecimento das primeiras palavras da desmaiada: «Quero votar!» Mais estranho ainda é o conceito de normalidade do correspondente da RM em Cabo Delgado. Quando perguntou ao vice-presidente da Comissão Distrital de Eleições de Chiúre (um pequeno

distrito daquela província) se «estava tudo normal», este respondeu-lhe: «Tudo normal, tirando que abrimos as urnas depois das 12 [a hora prevista eram as sete da manhã] porque houve atraso, e as tivemos que encerrar mais cedo por falta de energia. Também apareceram uns do Governo a perguntar onde é que as pessoas iam votar. Por último, uma mulher que não tinha o cartão de eleitor foi perguntar ao presidente de mesa o que podia fazer e este disse-lhe para se desenrascar e ela, então enforcou-se».

Perante este quadro o repórter remata: «Portanto, tudo normal.» E ouve como resposta: «Sim, tudo normal.»

A HISTÓRIA DE ANINA

ENTR E Macomia e Mucojo, 45 quilómetros de picada que levam duas horas a percorrer, o nosso condutor fez «chapa». Ou seja, deixou que na caixa aberta da sua camioneta entrasse quem viajava a pé pela estrada. Se Babo, o dono e condutor da camioneta, não fosse um homem razoavelmente bem na vida, teria levado dinheiro, talvez cinco ou seis mil meticais. Mas como verdadeiramente não precisa, além de que também é filho daquele distrito, fez «chapa» de graça.

Na caixa da camioneta só ia uma escassa bagagem e dois homens que vinham connosco desde Pemba.

Na África só viaja sozinho quem não pode ir acompanhado, de modo que Babo pegara num «chauffeur» da sua empresa — tão experiente que o seu nome popular é... «Chófer» — e noutro empregado e trouxe-os também.

Logo à saída de Macomia, capital de distrito, seis ou sete pessoas saltaram para a camioneta. Quando a viagem começou, já de noite, as sombras da estrada pareciam ameaçadoras. Cada buraco (se é que esta palavra dá a dimensão das crateras daquela estrada, algumas delas com capacidade para engolir a camioneta inteira) parecia duplicar com a sombra escura provocada pelos nossos faróis. A menos de 20 à hora, a camioneta abanava, inclinava-se perigosamente para um e outro lado, parecia virar-se a cada momento, sempre contrariada pela pericia do condutor.

A meio do caminho, mais um grupo de quatro pessoas subiu. Tinham-se feito à jornada de 90 quilómetros entre Macomia e Quiterajo, obra aí para três dias de marcha, apenas protegidos de animais e homens pelas catanas que levam ao ombro. Uma boleia é ali um milagre e, por isso, se desfaziam em agradecimentos.

A chegada a Mucojo, a camioneta parou junto a uma «loja de monhé». Como acontece em quase todo o país, são os indianos que dominam o comércio; aquela loja era do tio de Babo. Ficávamos ali, apenas iluminados pela luz da lua e das estrelas, à espera que um 4x4 nos viesse buscar, depois do seu dono ter sido avisado por um mensageiro que partira de motorizada. A estrada para diante não tinha buracos, mas era desenhada por um areal e o seu piso tão fofo como a areia da praia. Um por um, os ocupantes saíram e apertaram a mão a Babo.

Continua na pág. 12

Continuação da pág. 11

TUDO BEM

Alguns insistiam em pagar, desfazendo-se em salamaleques perante a desejada recusa. Mil meticais dá para comprar um ovo, que é uma refeição: cinco mil é um quilo de arroz.

Seguiram o caminho, guiados pela clareza de uma noite sem luz eléctrica a contrariá-la: os homens à frente, com catanas ao ombro, dispostos a enfrentar animais ferozes ou cobras ou, ainda mais preocupante, qualquer espírito maligno: as mulheres atrás, em passo certo e cadenciado. Só Anina Shafi, uma negra jovem, não prosseguia caminho para Quiterajo. Sob o olhar aflito da irmã que a acompanhava, caiu ao chão e ali ficou gemendo baixinho, sem despertar atenções.

Em quimoane, a língua local, Babo perguntou-lhe o que se passava. Estava grávida do último mês e fora aconselhada a ir ao Hospital de Macomia, com suspeita de asfixianamento do feto. Lá chegada, disse-lhe o médico que ela nada fazia ali, mandando-a de volta a casa. Anina, obediente, dispunha-se aos 50 quilómetros de regresso, depois de outros tantos caminhados de balde para ver um médico.

Babo deitou as mãos à cabeça. «Grávida, mas ninguém me disse: com tanto balanço...» Logo aquilo acontecia quando ele ainda há pouco, em pleno caminho, em jeito de brincadeira, dissera que se fosse uma grávida na camioneta daria à luz ali mesmo, tantos eram os encontros da estrada. Deram-lhe água de bolachas vinda da loja do tio, diligentemente aberta por um empregado que dormia na extensa varanda da frente. Anina suspirou, com a boca empapada pelo pó do chão. Passada uma hora sentia-se melhor. Na manhã seguinte começaria a calcorrear os mais de dez quilómetros que faltavam até à sua palhota. Estava a meio caminho e por ali nem sinais de um enfermeiro que fosse. Ninguém lhe podia acudir.

Quando chegámos a Ingoame, 22 quilómetros e 45 minutos depois, e nos perguntaram como tinha sido a viagem, a resposta foi «tudo normal». A história de Anina não anima um serão de uma destas aldeias.

DEMOCRACIA EM QUIMOANE

Foi por aquela estrada vagarosa e esburacada que os votos de Ingoame e as respectivas actas viajaram para a sede de distrito, em Macomia. Dali, de helicóptero, foram as actas para Pemba, acompanhados de um membro do Governo, um da Renamo e um nomeado pelos restantes partidos. Só da capital da província, o telefone faz chegar o resultado a Maputo.

Talvez haja quem pense que em terras tão isoladas o povo não sabe votar. Nada mais falso. Por todo o país, por aquela e por outras terras, «bicharam» (como aqui se chama a ir para a bicha) mal despontou o dia, lá para as cinco da manhã, e ordeiramente mostraram o cartão de eleitor e molharam o dedo na tinta.

É certo que há problemas. Ou melhor, como aqui se diz, o que há não chega bem a ser um problema: é mais uma «situação».

Quem pensar que chega a Ingoane e explica muito bem explicadinho como se vota e etc. e tal, em português bem falante, bem pode ficar a saber que, dos dois ou três mil eleitores, só aí uma dúzia o percebeu. A explicação cabal tem de ser dada em quimoane. E se mudarmos de latitude, então terá de ser em macua, em shona, em maconde, em sena, em ndau, em shangane, em ronga, em tantas línguas que poucos devem haver que as saibam falar todas. E a tal «situação» é que, nestas línguas, conceitos como voto, democracia, Parlamento, Presidente, eleitor, e por aí a fora, não existem. Logo, estas palavras não são traduzidas, são conceitos linguisticamente estranhos. Só que, como se sabe, também a palavra democracia é grega e já nenhum português ou francês dá por isso. Daqui a uns tantos anos aposta-se que democracia será uma palavra em quimoane ou shona ou shangane. Tal foi o modo como 90 por cento dos eleitores moçambicanos responderam ao apelo de votar.

É assim que os observadores internacionais das mesas de voto olhavam os presidentes da respectiva secção explicar aos votantes os procedimentos: como deviam dobrar o boletim ao alto (para a tinta deixada no quadrado do candidato escolhido não esborratar para outro candidato qualquer); como deviam pôr mesmo no quadrado e não na cara ou no símbolo do partido, etc. etc. Só que a explicação era dada numa língua local. Se não fosse a certeza de haver na maioria das mesas delegados de vários partidos, não seriam os observadores internacionais a detectar qualquer eventual apelo ao voto no próprio momento de votar.

Mas é impensável que alguém o tenha feito. O mais impressionante foi o modo como todos os envolvidos no processo o levaram a sério. Veja-se só este exemplo: com três dias de votação, quem guarda as urnas durante as noites? Pois bem, nas pequenas palhotas ou grandes edifícios de liceus que albergam as urnas, os membros de mesa e delegados dos partidos (e nalguns casos observadores internacionais) dormiram junto das urnas, acompanhados por um polícia devidamente credenciado pela Comissão Nacional de Eleições.

Era já meio-dia quando chegámos a Massaca, no terceiro dia de votação, no passado sábado, e ainda um dos membros da mesa dormia, enrolado numa capulana e estirado sobre três carteiras da pequena escola da localidade. Os outros serviam-se de uma panela, aquecida ao fogo feito no largo em frente. E estavam preparados para mais uma noite, que a luz do dia se vai embora às seis da tarde e, para contar os votos, é preciso que o Sol reapareça na madrugada seguinte. «Tirando que ainda quase não comemos e estamos a dormir nas cadeiras o resto tem corrido normal», dizia um delegado do partido FUMO numa das mesas de voto.

CONFIRMO

NUMA palhota da Costa do Sol, aldeia de pescadores dos arredores de Maputo, não eram ainda oito da manhã quando o grande cerimonial ia começar. Espainados

sobre diversas mesas unidas, estavam prontos os papéis com os nomes dos candidatos. No quadro negro da palhota que serve de escola, estavam também escritos os mesmos nomes.

O presidente da mesa já contara os votos e estava precisamente a metê-los de novo na urna, para então os retirar e desdobrá-los um por um.

O silêncio quebrou-se com o primeiro voto a ser aberto. «Um voto para o candidato Joaquim Alberto Chissano», diz solene o presidente, passando o boletim ao seu vice. «Confirmo um voto para Joaquim Alberto Chissano», diz o vice, que logo o passa a um terceiro elemento. Este, com o voto bem aberto, passeia-se pela sala, mostrando-o aos delegados dos partidos e aos observadores internacionais. Depois, um quarto elemento deposita-o junto ao papel que indica o molho do candidato em causa, que no caso em apreço cresceu muito mais do que os outros todos juntos.

«Foi exactamente assim que aqui se passou também», jura Paulo Francisco Tamele, presidente da Comissão Distrital de Eleições da Manhiça. «Aqui a educação cívica fez um grande trabalho. Foi bom.» Já era segunda-feira e nem assim conseguimos saber o resultado das eleições naquele distrito. As actas já tinham ido de helicóptero para a sede do distrito, Maputo, mas os «kits» com os votos estavam guardados numa arrecadação, fechada com três cadeados. Tamele só nos dizia que o distrito tinha 50.840 eleitores, precisamente, e que tinham votado 90 por cento nas 60 mesas de voto. De resto, «ainda não somámos os votos» daquelas 60 mesas para poder «informar com precisão» quais eram os resultados distritais. Era uma tarefa a que se dedicariam essa tarde. Quanto a votos protestados, tinham apenas uns quatro ou cinco.

Já noutra mesa, esta no Maputo, os protestos eram mais do que muitos. O presidente da mesa levava à risca os preceitos e sempre que via um boletim com um quadrado riscado a caneta e simultaneamente com a impressão de tinta deixada pelo dedo, anulava-o. Por muito que os observadores lhe dissessem que dois sinais no mesmo candidato denotavam uma intenção clara de voto, ele respondia: «Isto tem que ser a sério.» «Mais de 90 por cento dos votos que aqui são considerados nulos, na Europa eram válidos», dizia cá fora o chileno Luis Ayala, secretário-geral da Internacional Socialista e observador destas eleições. «É impressionante como eles são tão rigorosos.»

Ao fim da tarde de domingo, quando os votos já tinham sido contados nas secções, não havia observador já que, entre ar condicionado, uísques e gins tónicos, no bar do Hotel Polana, não considerasse estas eleições impecáveis.

Um dia depois, Afonso Dhlakama, que logo no primeiro dia de votações tinha provocado uma minicrise, declarava sorri-

Continua na pág. 13

“Não faria sentido pedir outras eleições”

EXPRESSO, 5.11.94

HENRIQUE MONTEIRO e ANTÓNIO PEDRO FERREIRA (fotos) enviados a Moçambique

«NÃO faria sentido pedir outras eleições», disse ao EXPRESSO o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, comentando as alegadas irregularidades eleitorais em Moçambique que o seu próprio movimento denunciou. «Ninguém me vai obrigar a aceitar essas irregularidades», adianta Dhlakama, referindo-se aos inúmeros problemas que a contagem de votos está a levantar.

Quando o sentido dos resultados aponta para uma vitória à primeira volta de Joaquim Chissano e uma li-

geira vantagem da Frelimo sobre a Renamo nas legislativas, os técnicos contratados pela Renamo para acompanhar a informatização dos resultados não têm mãos a medir. De acordo com um desses técnicos, a maioria das actas eleitorais apresentam irregularidades que vão desde o puro e simples erro de soma até ao facto de existirem códigos repetidos ou mesmo inexistentes (a cada mesa de voto foi atribuído um determinado código).

Irregularidades incontáveis

Mas o líder da Renamo fala muito mais de «irregularidades». No jardim da sua casa em Maputo, em

declarações exclusivas ao EXPRESSO, Dhlakama referiu, ainda, que os delegados do seu movimento não foram admitidos em muitas mesas de voto em Maputo.

«Nessas mesas, onde chegam a estar inscritos centenas de membros da Renamo, apenas recolhemos cerca de 20 ou 30 votos.» E a lista de Dhlakama não fica por aqui. Em Gaza, argumenta, os delegados da Renamo foram corridos, nomeadamente do distrito de Chibuto, onde nasceu Chissano: em Inhambane, em Govuro, um delegado da Renamo foi morto com um golpe de enxada por um homem que tinha um cartão da Frelimo; ainda nesta província foi encontrado um livro de boletins de voto (em

Moçambique os boletins de voto são destacados de um livro) já preenchido; em Tete, encontrou-se uma urna com votos; em Namputa, nos distritos da Ilha de Moçambique, Mogovolas e Namapa, a Frelimo está a tentar alterar os resultados (favoráveis à Renamo) modificando actas já elaboradas; há aviões que transportam as actas onde já não são admitidos delegados da Renamo, como estava previsto, etc., etc. Apesar de todas estas queixas da Renamo (que chega a afirmar ter havido mais problemas com as eleições moçambicanas do que com as angolanas), observadores internacionais de diversos quadrantes consideram-nas exemplares.

Desta extensa lista de queixas, já entregue à Comissão Nacional das Eleições à ONUMOZ, Dhlakama não retira a conclusão de que houve fraude. «A comunidade internacional não gosta de ouvir falar de fraude», salientou, para carregar na tecla das «irregularidades». De qualquer modo, para o líder da Renamo não seria uma solução pedir novas eleições, embora esteja à espera que os embaixadores cumpram o papel que assinaram na semana passada, quando «convenceram» Dhlakama a não abandonar as eleições, comprometendo-se a vigiar de perto todas as irregularidades.

«Não me vão obrigar a dizer que estas eleições foram justas e impecáveis só para eu fazer papel de rapaz bem comportado. Eu já recusei duas amnistias em 84 e 88, por ser coerente com as minhas ideias», afirma o líder da oposição moçambicana.

«Que ninguém pense que eu digo isto por perder. Se estivesse a ganhar diria o mesmo, isto já estava planificado», garante Dhlakama. «É preciso que a comunidade internacional condene as fraudes. O jogo democrático em África não pode ser constantemente viciado e daqui a cinco anos isto não pode repetir-se. Qualquer dia, aqui não há cursos de ciência política mas sim de fraudes.»

Continuação da pág. 12

TUDO BEM

dente e descontraído aos jornalistas que aceitava as eleições fosse qual fosse o resultado. E, embora não o reconhecesse, já sabia que tinha perdido. Nessa noite, a cidade voltava ao normal, gente nas ruas, nos bares e nas discotecas, descontraída e confiante. Tudo normal, como há muito não estava.

PARTILHA DO PODER

ALGUNS incrédulos — à cabeça dos quais o ainda presidente da Assembleia, Marcelino dos Santos, acham a democracia imprópria para África. Pensam que as actuais eleições em Moçambique, tal como as que decorreram em inúmeros países africanos, não passam de uma imposição Ocidental. Em África, afirmam, o normal «é um chefe suceder a outro». Os mais de 5,5 milhões de moçambicanos que foram às urnas talvez tenham mais facilmente percebido o que está em causa. Talvez tenham ► entendido que o seu país é o mais frágil desta região: um país que — como recentemente escreveu, e bem, Adriano Moreira — mais tem a defender o princípio da Carta da OUA que proclama invioláveis as fronteiras coloniais. Porventura sabem reconhecer que a democracia é um caminho difícil num país com tantos anos de guerra e com o cortejo infundável dos seus danos: milhões de deslocados e refugiados; milhares de minas que amputam vidas; as marcas do ódio, da vingança e da desconfiança; o tecido produtivo destruído; o enriquecimento indevido e ostensivo de uma pequena minoria em face da pobreza extrema de quem apenas come uma frugal refeição por dia e sofre de todas as maleitas conhecidas e por conhecer: com uma esperança de vida que pouco ultrapassa os 40 anos (metade da

população tem menos de 15 anos).

E, como se isto fora pouco, também um país que a política colonial portuguesa deixou praticamente dividido em três, sem quadros, pouca crioulagem e quase nenhuma mestiçagem; onde duas religiões — a muçulmana e a católica — se entropenram com o tradicional animismo e onde uma dúzia de idiomas locais fazem dele uma quase torre de Babel.

E ainda um país que está entre os cinco mais pobres do mundo, onde o analfabetismo, segundo a UNICEF, ronda os 90 por cento e o salário mínimo mensal é de pouco mais de cinco dólares (800 escudos) e mesmo assim há desemprego; onde o perigo de uma explosão social funciona como uma espada de Dâmocles, tão temida como o regresso à guerra; e sem esquecer que é fundamental para os seus vizinhos África do Sul, Zimbábue, Malawi e Zâmbia, como corredor para o mar, e que estes países amiúde intervêm e ameaçam, como na recente crise eleitoral. E, finalmente, um país cuja soberania depende do «OK» da Comunidade Internacional, no qual até o Parlamento é subsidiado por Bruxelas. Este país não tem nem terá, seguramente, um processo político fácil.

Mas, talvez agora os moçambicanos tenham percebido que é necessária uma partilha do poder: que é necessário que não mais os macuas se sintam dominados pelos shanganes; que os muçulmanos sejam humilhados pelo Estado; os de Sofala subalternizados por Maputo; os da Zâmbia subjugados pelos de Gaza.

É esse o sentido da democracia em África. Mais do que uma luta entre ideologias é a organização de uma partilha e de uma luta pelo poder sem guerra. Como Churchill dizia, esta continua a ser o «pior dos regimes, exceptuando todos os outros». ■

Continua na pág. 14

Continuação da pág. 13

“Não faria sentido pedir outras eleições”

Para Dhlakama, o importante «não era ganhar as eleições mas garantir a democracia. Se perdesse as eleições genuinamente, saberia aprender com os erros que teria cometido na campanha: assim vou agarrar-me à ideia de que as perdi porque houve irregularidades. Não podemos viver sempre na desconfiança».

O facto de a Renamo estar a ter mais votos do que o seu líder, não preocupa o chefe da Renamo. «Não existe Renamo sem Dhlakama: em África o partido não existe, apenas os líderes. Se a Renamo leva estes votos deve-o a mim.

Toda a campanha, a minha e a da Renamo, foi feita por mim. E eu é que fui o principal alvo dos ataques da Frelimo.»

A partilha do poder

O encontro entre Chissano e Dhlakama, que chegou a estar previsto para esta semana, só deverá realizar-se quando estiverem mais definidos os resultados eleitorais. A agenda da reunião que será estabelecida entre o número dois da Renamo, Raul Domingos e o assessor diplomático de Chissano,

embaixador António Madeira, deverá ser preenchida pelo estabelecimento do estatuto da Oposição em Moçambique e pela possibilidade da entrada de cerca de seis membros da Renamo para um «Governo de Reconciliação Nacional». Isto, apesar de na Renamo haver quem sustente a não entrada do partido para o novo Governo e defenda uma política de Oposição pura e simples, aceitando partilhar o poder apenas a nível provincial e local. Outros pontos a discutir serão a nomeação de governadores da Renamo nas províncias onde este partido ganhou (Tete, Zambézia, Sofala e

Manica), bem como dos respectivos administradores distritais (presidentes de Câmara). O financiamento dos partidos políticos (aspecto que é considerado um dos pontos de mais difícil acordo) e o funcionamento da Assembleia da República (que já se sabe ser apoiado pela UE) serão outros pontos da agenda. Entretanto, dez pequenos partidos, cujos votos contados são desprezíveis (recorde-se que em Moçambique existe a barreira de cinco por cento para a eleição de deputados) juntaram a sua voz à Renamo para denunciar o que consideram irregularidades no processo eleitoral.

Condenados a entenderem-se

A POSIÇÃO de Dhlakama sobre os primeiros resultados das eleições moçambicanas encerra, por assim dizer, toda a expectativa. Ao exigir o reconhecimento de que houve irregularidades em troca da aceitação do resultado, o líder da Renamo não está a pedir o céu, e mais importante do que isso, compromete-se a não voltar à guerra, optando por ficar na sua confortável vivenda com piscina no elegante bairro de Sommerschild, em Maputo.

Para a comunidade internacional também não será difícil reconhecer a existência das tais irregularidades. Algumas, na verdade, preocupantes e outras apenas fruto da ainda grande desconfiança entre os dois ex-beligerantes.

Os primeiros resultados conhecidos, com a vitória de Chissano à primeira volta e uma tangencial maioria da Frelimo no Parlamento, têm ainda o condão de agradar a muita gente.

Em primeiro lugar, Chissano, um dos mais moderados e liberais dirigentes da Frelimo, venceu claramente o seu partido, podendo, se assim o desejar, reforçar — e muito — o seu peso interno, libertando-se do fardo que lhe era imposto pelos radicais. Também a Renamo e Dhlakama, ao conseguirem resultados muito animadores, ganham nas zonas com maior potencial económico no país: Nampula, onde se situa o estratégico «corredor de Nacala» (cidade em que a Renamo também venceu); Zambézia, de enorme capacidade agrícola; Sofala, com o decisivo

«corredor da Beira»; e Tete, onde se situa o centro energético do país, Cahora-Bassa. Na verdade, a Renamo perdeu o país porque não conquistou votos ao sul do rio Save (Inhambane, Gaza e Maputo), províncias em que o seu «score» rondou apenas os dez por cento. E, neste particular, a Frelimo demonstrou ser, ainda, um partido bem implantado a nível nacional, uma vez que perdeu por muito menos nos círculos onde a Renamo levou vantagem.

A partir daqui os dois partidos parecem condenados a entender-se. Seja no Governo, seja ao nível apenas regional e local, nenhum deles pode aspirar ao desenvolvimento do país sem contar com a outra parte. A necessidade de estabilidade na própria região, de que o acordo em Angola é igualmente um dado importante, também contribui para esse entendimento. A nova África do Sul, agora o autêntico motor da África Austral, bem como o Zimbabwe, a Zâmbia e o novo Malawi (já liberto da ditadura de Banda), necessitam da estabilidade em Moçambique para utilizarem os seus importantes portos e beneficiarem da energia de Cahora-Bassa. Tudo farão, pois, para que Dhlakama cumpra o que sempre disse — que não regressa às matas — e para que Chissano não se esqueça que, doravante, tem que contar com o seu ex-inimigo para retirar Moçambique da lista dos países mais pobres e frágeis do mundo.



NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Édson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10, Conjunto 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. - Assinatura anual (em dólar comercial): Instituições internacionais: US\$ 250.00; nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00. WE ASK FOR EXCHANGE.

I M P R E S S O